**SABERES INSURGENTES, DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA E DESCOLONIALIDADE DO PODER/SABER : O exemplo da Teoria *Queer.***

**NEW KNOWLEDGE, DISOBEDIENCE EPISTEMIC ANDDESCOLONIZATION OF THE POWER / KNOW: THE EXAMPLE OF THE QUEER TEORY.**

**Resumo:** Considerações contemporâneas acerca dos modelos de produções acadêmicas globais têm reverberado inúmeros posicionamentos e críticas. Partindo desse pressuposto, o presente ensaio ancora-se nas contribuições de autores que imputam seus artefatos intelectuais às problematizações acerca da colonialidade eurocêntrica do poder e saber, sobretudo na América Latina e no Caribe. Para isso, utilizaremos a Teoria *Queer*como ilustração de saber insurgente, expondo as peculiaridades e os sismos que tal teoria abarca no recorte latino-americano, enfatizando a conjectura brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:**Teoria *Queer*; Novas Epistemologias; Saberes Insurgentes.

**Abstract:** Considerations of contemporary models of global academic productions have reverberated numerous positions and criticism. Based on this assumption, the present essay is anchored on contributions from authors who impute their intellectual artifacts to problematizations about Eurocentric coloniality of power and knowledge, particularly in Latin America and the Caribbean. For this, we use *Queer Theory* as an illustration of knowing insurgent, exposing the peculiarities and the earthquakes that this theory embraces the Latin American crop, emphasizing the Brazilian conjecture.

**KEYWORDS:** Queer Teory; New Epistemologies; Insurgents Knowledge.

**Introdução**

Este artigo apresentaa discussão da colonialidade eurocêntrica do saber e poder nas produções acadêmicas latino-americanas, expondo o surgimento da problemática dos saberes insurgentes na América Latina, a partir de uma desobediência epistêmica do modelo colonial de produção e reprodução do conhecimento, usando como exemplo a Teoria *Queer*. Para introduzir tal discussão, nos debruçamos sobre os textos de Walter Mignolo (2008) e Aníbal Quijano (1992) e nos deparamos, inicialmente, com duas noções: o significado de identidade em política e a opção descolonial de produção do conhecimento. Essas duas noções fazem referência crítica ao eurocentrismo, que por sua vez é definido por Mignolo como sendo: “*a hegemonia de uma forma de pensar fundamentada no grego e no latim e nas seis línguas[[1]](#footnote-2) européias e imperiais da modernidade; ou seja, modernidade/ colonialidade*” (MIGNOLO, 2008, p. 301).

Quijano (2005) evoca alguns argumentos que delineiam o processo de ratificação europeia, enquanto reduto de produção racional e de subjetividades. Segundo ele,

a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Ocidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa (QUIJANO, 2005, p. 111).

O bojo argumentativo de Aníbal Quijano está calcado na crítica ao eurocentrismo não somente no plano teórico, e sim, de maneira mais pujante, no plano político.

Mignolo (2008) constrói seu argumento de identidade em política diferenciando-a de política de identidade. Segundo ele, a política de identidade se aproxima de aspectos essencialistas e posições fundamentalistas. Para o autor, a identidade em política é de extrema relevância por possibilitar o desvelamento e empoderamento do sujeito construído através dos discursos imperiais e a partir disso, ser uma contribuição importante para a opção descolonial.

A identidade em política, em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades(MIGNOLO, 2008, p. 290).

Para pensar descolonialmente, Mignolo aponta que é preciso aprender a desaprender, ou seja, é necessário fugir da razão imperial que nos foi imposta através de um processo de colonização do pensamento durante séculos e buscar um desvinculamento epistêmico que pode ser adquirido através da construção da pluri-versalidade como projeto universal. Em outras palavras, o autor esclarece a descolonialidade como sendo um processo que admite dois significados:

a) Desvelar a lógica dacolonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais (por exemplo, o bem sucedido e progressivo sujeito e prisioneiro cego do consumismo) (MIGNOLO, 2008, p. 313).

 Portanto, para exemplificar a teoria *queer*como um saber que passa hoje por um processo de descolonialidade, usaremos esses dois significados transcritos acima como passos norteadores para a nossa investigação. Começaremos apresentando historicamente a Teoria *Queer* de uma maneira breve, em seguida discorreremos sobre os usos e abusos do termo queer para tratar sobre as questões de desvelamento da lógica da colonialidade e reprodução da matriz colonial do poder, para por fim, expor o exercício antropofágico da devoração dos saberes para pensar uma maneira de desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais.

**Breves notas sobre a Teoria Queer:**

Segundo Richard Miskolci (2009), a Teoria *Queer* surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1980, como uma alternativa para os estudos sobre minorias sexuais e de gênero. Influenciada pela obra do filósofo francês Michel Foucault e os Estudos Culturais norte-americanos, a Teoria *Queer* enxerga e analisa a sexualidade como uma construção social e histórica. Os estudos *Queer* também se empenharam em evidenciar uma ordem social que rege a sociedade e que coloca a heterossexualidade como natural e compulsória, vista como uma lei da coerência social que impõe uma lógica linear entre sexo-gênero-sexualidade, em outras palavras, a ordem social vigente determina que se o sexo-genitália for um pênis, o sujeito tem que ter como identidade de gênero a imagem do homem-macho, uma prática social baseada naquilo que é atribuído à masculinidade e o desejo heterossexual, ou seja, ter vontade de se relacionar com mulheres. Do mesmo modo, se o sexo-genitália for uma vagina, a identidade de gênero tem que ser a imagem de uma mulher-fêmea, a prática social alicerçada na feminilidade e o desejo tem que ser destinado a pessoas do sexo oposto, ou seja, homens. Essa estrutura que coloca a heterossexualidade como fundamento da sociedade, Michael Warner nomeou de heteronormatividade. Miskolci (2009) interpreta o conceito de Warner e esclarece heteronormatividade como sendo:

Um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 156-157).

Em suma, a crítica sobre a heteronormatividade e as análises sobre a sexualidade como dispositivos históricos de poder norteiam os estudos *Queer.*Para uma definição mais clara, a Teoria *Queer* seria o estudo “*daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a sociedade como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, culturas e instituições sociais*” (SEIDMAN, 1996, p. 13 apud Miskolci, 2009, p. 154).

Ainda segundo Miskolci (2009), foi em fevereiro de 1990 que Teresa de Lauretis empregou o termo *QueerTheory* para diferenciar as novas investigações *queer* com os estudos gays e lésbicos. Posteriormente, em 1991, a filósofa americana Judith Butler lança “*Problemas de Gênero*”, considerada uma obra prima da teoria *Queer.*Butler apresenta nesse livro o conceito de performatividade e paródia de gênero, oferecendo assim uma proposta de desessencialização do gênero, além de subverter e ampliar o conceito de mulher como sujeita do feminismo. Desde a publicação e tradução de “*Problemas de Gênero*”, a teoria queer sofreu usos e apropriações dentro e fora dos Estados Unidos e foi se estabelecendo como um campo de estudo de saber subalterno. No Brasil, de acordo com Miskolci (2014), a teoria queer foi incorporada pela via do campo da educação através dos trabalhos de Guacira Lopes Louro no início dos anos 2000. Em 2003, a socióloga Berenice Bento defende a tese*A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, onde, pela primeira vez nas ciências sociais brasileiras os estudos *queer* são utilizados como suporte teórico. Em 2006, a tese é publicada em livro.Ainda, segundo Miskolci (2009), a Teoria Queer seguiu a contramão do caminho que pode ser observado nos Estados Unidos, lá a teoria queer surgiu aliada a uma demanda dos movimentos sociais por visibilidade e por propostas de problematização das noções de gênero. Aqui no Brasil, os estudos queer foram primeiro apropriados nas universidades e ainda hoje não foram tão profundamente explorados pelo movimento de gays, lésbicas e trans brasileiras/os, porém termos como heteronormatividade, heterossexualidade compulsória e performatividade de gênero já sãousados por algumas lideranças e ativistas do movimentogay, lésbico e trans[[2]](#footnote-3).

**Sobre os usos e abusos do termo *queer*:**

Pensadoras e pensadores queer fizeram uso, desde o início de conformação desse campo de proposições teóricas, dessa potência. Adotaram a ofensa, a identidade atribuída e nunca reivindicada, como seu lugar político: queer. Em inglês, já sabemos, o termo é ofensivo. “É como te chamam na escola quando querem te zoar”, explica a antropóloga norte-americana de origem latina, Marcia Ochoa. É ela ainda que adverte que se deve ter muito cuidado com a palavra queer, pois se trata de uma categoria local, estadunidense que tem viajado justamente porque aquele país mantém ainda certa hegemonia na produção de conhecimento, o que permite a publicação e circulação de textos norte-americanos por todo o mundo, de modo que o termo “queer” tem viajado muito (PELÚCIO, 2014, p. 04).

A estratégia usada pelos ativistas e intelectuais para nomear um campo do saber como teoria queer partiu da apropriação de um xingamento, um insulto dirigido a gays, lésbicas e transgêneros. Se fossemos tentar traduzir o termo considerando o seu uso contextualizado nos Estados Unidos, “*Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário*” (LOURO, 2004, p. 38). Pelo mundo afora existem propostas de tradução do termo queer, na Espanha, Alfonso CeballosMunoz apoiando-se na filologia argumenta que:

queersiguehaciendo referencia a lo raro, a lo que no casa con nada, a lo que no pega enningún sitio. o. En definitiva, desdibujalasclasificaciones y se sitúa transversalmente enlascategoríasconvencionales. Así, e! calificativoqueerpuedehacer referencia a lamujer culturista, al pijo de Serrano que trabaja de mecánico, y al adolescente de origen africano que estudiaArquitecrura o Filosofía. Queer corno adjetivo significa que no existe una respuestainmediata o sencilla a la pregunta “Túqué eres?”; que no hayun término simpleo un lugar definido conel que o enel que se sitúen subjetividades, comportamientos, deseos, habilidades y ambiciones complejas (MUNOZ, 2005, p. 168).

Com isso, Munoz defende que um termo mais adequado para servir como proposta de tradução e contextualização para a realidade espanhola é teoríararíta, uma vez que o termo raro traz consigo a potência da carga etimológica aliado ao tom pejorativo de quando se fala queer em inglês. Entretanto, existem várias propostas, como por exemplo: teoria maricona, maricas, trans, mestizas[[3]](#footnote-4).

Felipe Rívas San Martín faz uma provocação propondo uma maneira de dizer queer com a língua pra fora à moda chilena de falar as palavras[[4]](#footnote-5), ou seja, “cuir”. Porém o próprio autor assume que dizer *cuir* ao invés de *queer* não fazer com que seja transitado junto com a iniciativa performática do ato, a história política que o termo anglo-saxão carrega em si. San Martín também aponta que existe um guarda-chuva queer que faz com que os processos de resistência se tornem inteligíveis em contextos mais gerais:

Lo que este tipo de posiciones pasan por alto alasumir esta “hegemonía de lainteligibilidadqueer” es sucomplicidadcon una interpretación académica que ensuconsagración teórica del gesto performativo contenidoenel uso político de lapalabraqueer, creólailusión de que las formas de apropiación afirmativa de la injuria homofóbica fueron inventadas enNorteamérica y luego exportadas al resto del mundo que lasasumió de manera entusiasta. (SAN MARTÍN, 2011, p. 66).

Sobre este ponto, temos também a consideração de Juan Pablo Sutherland dada em uma entrevista:

Entrevistador: ¿Por qué utilizas el término anglo queer para tusanálisis? ¿Usarloeninglésquieredecir algo más que marica?

Resp: Al decirlo, esa persona se normaliza pues marca de facto una diferencia y ubicaalotroenlaanormalidad. Loqueerquiere desmontar eseejercicio de fijación y a modo de provocaciónasumeun marica enprimera persona. Esdecir: soy marica antes que elotro me lo diga, y frente a laestabilidad normativa del gay es una provocación y no espera laaceptación de losotros.

 Em outras palavras seria quase como dizer: “antes que tu me ofendas, eu me empodero”. Sutherland coloca que dizer queer inglês seria equivalente a dizer marica em espanhol, mas como se empoderar de uma palavra que não tem significado nem história em nosso idioma?

“*Queer*” só tem sentido se assumido como lugar no mundo aquilo que serviria para me excluir. Portanto, se eu digo *queer* no contexto norte-americano é inteligível, seja como ferramenta de luta política ou como agressão. Qual a disputa que se pode fazer com o nome “*queer*” no contexto brasileiro? Nenhuma (BENTO, 2014, p. 45-46).

Berenice Bento faz uso da expressão “estudos transviados” para tentar contextualizar a palavra *queer* para a realidade brasileira. Porém, ela mesma nos aponta uma preocupação que para nós nos pareceu muito importante para discutir o que estamos trazendo aqui.

Eu me questiono: se entrássemos em consenso acadêmico/ativista sobre a importância de ruminar antropofagicamente os estudos/ativismos queer e decidíssemos que iríamos nomeá-lo de “estudos/ativismos transviados”, ainda assim, esbarraríamos em outra tensão: a hegemonia de uma concepção essencializada das identidades. Um dos pilares deste campo de estudos/ativismo é a desnaturalização das identidades sexual e de gênero e tem como pressuposto para entender os arranjos identitários a noção de diferença (BENTO, 2014, p. 46).

A preocupação de Bento é importante porque nos faz pensar sobre os riscos de uma essencialização/normalização queer. Também podemos refletir a partir da autora sobre os perigos de propor um termo que traduza em seu contexto e potência política o que seja queer para a população brasileira e acabar produzindo uma colonização interna do conhecimento, tendo em vista o capital científico que alguns/as teóricos/as queer brasileiros/as possuem, podendo gerar com isso aquilo que Bruno Latour chamou de alargamento permanente do ciclo de credibilidade (LATOUR & WOOLGAR, 1998).

Larissa Pelúcio (2014) propõe uma “teoria cu” para localizar o debate sobre a absorção dos estudos queer no Brasil.

Diferentemente do que se passou nos Estados Unidos, os estudos queer entraram no Brasil pela porta das universidades e não como expressão política vinda do movimento social. Evidentemente, esse percurso tem a ver com questões históricas, políticas e culturais que singularizam os saberes localmente. Estas marcas precisam ser apresentadas, uma vez que muito mais do que propor uma vertente teórica nacional específica, nomeada de “teoria cu”, meu objetivo neste artigo é justamente problematizar as formas como temos localmente absorvido, discutido e resignificado as contribuições de teóricas e teóricos queer (PELÚCIO, 2014, p. 07).

Pelúcio (2014) argumenta que a produção acadêmica brasileira no que diz respeito aos estudos *queer* procurou muito mais encaixar as nossas singularidades locais em modelos teóricos oferecidos pela teoria *queer* importada dos EUA, reproduzindo dessa maneira uma matriz colonial do conhecimento do que se dar ao trabalho de tentar provocar algumas tensões nas brechas que podemos encontrar nos estudos *queer* pensando a nossa realidade. Com isso, chegamos ao nosso segundo ponto de discussão baseada na proposta descolonial: como se desconectar dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais?

**A antropofagia como proposta de devoração da Teoria Queer**

Nossa drag, por exemplo, não é a mesma do capítulo 3 do Problemas de Gênero, de Judith Butler (2003), nem temos exatamente as drag king das oficinas de montaria de Beatriz Preciado, ou sequer podemos falar do homossexual do mesmo modo de David Halperin, ou da aids, como o fez Michel Warner. Nosso armário não tem o mesmo formato daquele de Eve Sedgwick. Cito aqui o quinteto fantástico do queer. Ainda que entre nós alguns nomes sejam mais familiares que outros, foi essa a bibliografia que chegou com mais força até nós a partir do território queer euro-americano (PELÚCIO, 2014, p. 13).

É visível na citação transcrita acima, a intenção de Pelúcio em problematizar os nossos contextos, a nossa realidade local brasileira que não se encaixa perfeitamente em modos de ser *pretê-à-porter* oferecidos pelas possibilidades euro-estadunidenses de encaixes teóricos queer de nossas experiências carnavalizadas por não conseguir anestesiar os nossos corpos vibráteis (ROLNIK, 1998). A nossa existência é perpassada por atravessamentos, de classes, raça, gênero, moradia, etc. (LOURO, 2004) e cada um desses atravessamentos contam uma história diferente, por isso quando pensamos as experiências trans temos que enxergar as suas multiplicidades. Mais uma vez trazemos Pelúcio (2014) para pensar na proposta de uma teoria cu porque vivemos no cu do mundo, um local que tanto pensando geograficamente (a nossa região diante de uma visão global) quanto anatomicamente (um órgão excretor), somos produzidos para não sermos ouvidos. Isso nos faz lembrar Gayatri Spivak (1994) quando a mesma faz ponderações sobre quem reivindica a alteridade. Com isso, podemos até nos perguntar: quem está se apropriando de histórias sobre as nossas experiências e nos obrigando a contar como se não tivessem sido inventadas por nós próprios?

Pedro Paulo Gomes Pereira (2012) assinala a potência de uma teoria queer pensada e produzida nos trópicos para problematizar a relação centro-periferia de difusão do conhecimento. É relação de dependência supostamente estabelecida entre o centro e a periferia que vêm dominando o jogo de verdades sobre o que dizer sobre o Outro. Porém, Mário Cesar Lugarinho faz uma ponderação interessante:

A constituição cultural de Portugal e, por herança colonial, do Brasil criou uma identidade marcada pela condição fronteiriça com o centro – somos marginais por identidade, somos definidos quanto mais longe nos colocamos da fronteira com o centro cultural. Assim pensados, temos em nós esta condição privilegiada e desprestigiada entre o centro e a margem. Fronteiriços, limiar entre cultura e barbárie, somos tanto o Europeu culto e o Selvagem ignorante. Se a teoria queer busca esta identidade potencial, na delimitação extremada do objeto que investiga, somos levados a crer que, ao ser instrumentalizada por nós, devemos levar em conta que uma zona de sombra se estende entre o que ela, em sua matriz norte-americana, designa como centro e queer (LUGARINHO, 2010, p. 109).

Lugarinho concorda com Oswald de Andrade quando diz que *Nunca fomos catequizados, fizemos um carnaval!* Por isso para ele a proposta de tradução do termo queer só pode ser pensada levando em consideração a relativização margem e centro na qual estamos inseridos, as fronteiras que nos formam precisam ser trazidas à mesa e devoradas. “*A especificidade das culturas de língua portuguesa se impõe, impedindo a tradução imediata da teoria queer. Uma tradução literal para queer é impossível. Assim, a experiência de tradução deve reinterpretar e reelaborar”* (LUGARINHO, 2010, p. 108).

Podemos concluir que o exercício de aprender a desaprender apontado por Mignolo (2008) pode ser executado diante de um banquete antropofágico da Teoria *Queer*. A antropofagia pode ser o caminho que nos faltava para contextualizar e tensionar aquilo que sempre nos foi oferecido como encaixe, ou seja, aprender com nós mesmos que uma *Teoria Queer Carnavalizada* é o que precisamos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BENTO, Berenice**. A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. **CULT – Revista de Cultura Brasileira**, nº 193. p. 42-45, agosto/2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAUTIVO, Ximena Torres. **“Escritor Juan Pablo Sutherland replica alcardenalBertone”** (Entrevista). Disponível em:<http://www.uqbareditores.cl/files/racismo%20Terra.pdf>. Acessado em 15 de setembro de 2014 às 10h.

LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório:** A produção dos fatos científicos. Relume-Dumará, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGARINHO, Mário César. Antropofagia Crítica – Para uma teoria queer em português. **Revista Olhar**, ano 12, nº 12, p. 106-112. Jan.-Jul./2010.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

\_\_\_\_. Crítica à hegemonia heterossexual. **CULT** – Revista de Cultura Brasileira, nº 193, p. 33-35, agosto/2014.

MUNOZ, Alfonso Ceballos. “TeoríaRaríta” In: Córdoba, David, Sáez, Javier y Vidarte, Paco (orgs). **TeoríaQueer:** políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madrid Ed. Egalés, p. 165-178, 2005.

PELÚCIO, Larissa. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?” **Revista Periodicus**, Vol. 1, nº 1, 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos Trópicos. **Contemporânea** – Dossiê Saberes Subalternos, V. 2, nº 2, p. 371-394. Jul.-Dez./2012.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” In:LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas (Buenos Aires: CLACSO/UNESCO), 2000.

ROLNIK, Suely. Subjetividade Antropofágica / AnthropophagicSubjectivity. In: HERKENHOFF, Paulo e PEDROSA, Adriano (Edit.). **Arte Contemporânea Brasileira**: Um e/entre Outro/s, XXIV, Bienal Internacional de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, p. 128-147, 1998.

SAN MARTÍN, Felipe Rivas. Diga “queer” conlalenguaafuera: Sobre lasconfusionesdel debate latino-americano. In: **Por um feminismo sinmujeres.** Coordenadoria universitaria por ladissidancia sexual (CUDS). Santiago, Chile, 2011.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade?. IN: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e Impasses:** o feminismo como critica da cultura. Rio de Janeiro, Editora Rocco, p. 187-205, 1994.

1. “*Inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o renascimento*” (MIGNOLO, 2008, p. 289). [↑](#footnote-ref-2)
2. Por exemplo, ver o blog: http://transfeminismo.com/ >> disponível em 18 de setembro de 2014 às 15h. [↑](#footnote-ref-3)
3. Ver David Córdoba, Javier Sáez y Paco Vidarte (orgs). TeoríaQueer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madrid Ed. Egalés, 2005. [↑](#footnote-ref-4)
4. SAN MARTÍN, Felipe Rivas. Diga “queer” conlalenguaafuera: Sobre lasconfusionesdel debate latino-americano. In: Por um feminismo sinmujeres. Coordenadoria universitaria por ladissidancia sexual (CUDS). Santiago, Chile, 2011. [↑](#footnote-ref-5)